



bet
© betocartuns

GOVERNADOR, RESPEITE O NOSSO DIREITO! REPOSIÇÃO SALARIAL INTEGRAL JÁ!

A pandemia impôs uma miríade de sofrimentos aos mais pobres de todo o mundo. No caso brasileiro, a situação é ainda pior, pois pagamos o alto preço de um governo que intervém na defesa dos interesses do grande capital, no esmagamento das condições de vida da classe trabalhadora e com negligência nas ações sanitárias de enfrentamento ao coronavírus. A campanha sistemática de desinformação, a falta de compromisso com as medidas sanitárias e a sabotagem constante à vacinação foram as marcas do enfrentamento da Covid-19 pelo governo Bolsonaro. No contexto econômico, o imperativo é a austeridade, e as políticas nesse campo representam cortes e mais cortes, tanto pecuniários como de direitos. A palavra de ordem nessa seara é a "contenção", contudo, de acordo com a Oxfam Brasil, no relatório "Quem paga a conta?" (<https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/quem-paga-a-conta/>), os bilionários da América Latina

expandiram suas fortunas em U\$ 48,2 bilhões durante o período pandêmico. Ainda de acordo com ela (<https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/a-desigualdade-mata/>), a cada 26 horas, o mundo ganhou um novo membro nesse clube restrito.

Na esteira dessa política, o governo Ratinho Jr. foi conivente e silenciou qualquer crítica ao governo federal de Jair Bolsonaro, aproveitando-se da desinformação e de certa desordem conveniente para atacar direitos e confundir a população com retóricas mentirosas. As universidades públicas, por serem espaços de formação intelectual mais consolidados e críticos, são alvos preferenciais. O discurso de austeridade caiu como luva para avançar com sanha sobre os direitos de servidoras e servidores públicos, no ímpeto de aniquilá-los. Nesse sentido, a falácia do Estado falido quer nos fazer pensar que qualquer direito é um favor.

Ao longo do período sombrio desta pandemia, foram inúmeros decretos e leis, propostos pelo governo Ratinho Jr. e aprovados sem qualquer debate pela Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), que atacaram direitos e infringiram a Constituição Federal. O resultado tem sido o acelerado processo de desmonte do serviço público. Os aplausos e a louvação que a grande mídia encenou aos profissionais de saúde que atuaram durante a pandemia não se materializaram em respeito aos seus direitos e nem mesmo em garantias de condições mínimas de trabalho.

Defasagem salarial dos servidores do Paraná – em % – de janeiro/2017 a maio/2022

Período	Percentual
Total de defasagem de jan/2017 a dez/2021	34,86%
Reposição concedida em jan/2022	3,00%
Defasagem salarial em jan/2022	30,93%
Estimado para defasagem jan-abr/2022	2,32%
Data-base devida em maio de 2022	33,97%

Nota: IPCA de maio a dezembro de 2021 de 7,51%
Fonte: FES - Fórum das Entidades Sindicais

Aliado a uma retórica mentirosa de falência do Estado, o governo Ratinho Jr. cortou direitos, abusou do poder e abriu uma verdadeira guerra de mentiras contra os servidores e o serviço público, os quais se demonstraram imprescindíveis em qualquer ocasião, mas especialmente durante a crise sanitária. Os resultados dessa política já podem ser sentidos no curto prazo e serão ainda mais devastadores no longo prazo. Em uma economia periférica e com avançado processo de financeirização, a austeridade é um discurso balizador da destruição do serviço público e avanço do provimento privado em diferentes esferas da nossa vida. Para que esse processo avance, a desinformação é peça fundamental na boca dos representantes dos bilionários daqui e de alhures.

Uma dessas frentes de desinformação do governo Ratinho Jr. é sobre a nossa data-base. Já se vão seis anos nos quais os servidores do executivo do Paraná não têm seu direito à reposição salarial respeitado. De acordo com o Fórum das Entidades Sindicais (FES) (<https://fesparana.wordpress.com/2022/01/20/planejamento-do-fez-foca-em-mobilizacoes-para-reposicao-salarial/>), a defasagem salarial estimada para maio de 2022 é de assombrosos 33,97% (ver o quadro na pág. 1).

Na era da pós-verdade, o direito – assegurado em lei e na Constituição do Brasil e do Paraná – é transformando em “bondade”, “concessão”, “favor” ou até mesmo “vontade política”. No entanto, a recomposição dos salários dos servidores é garantida legalmente (por ex., no inciso X do Artigo 37 da Constituição de 1988, segundo o qual o direito à revisão geral anual de salários deve ocorrer “sempre na mesma data e sem distinção de índices”) e deve ser cumprida, não é “bondade” ou “concessão”, trata-se somente da expressão mais simples de se cumprir o que é direito.

A situação é mais grave ainda quando temos um índice de inflação acumulado para os últimos 12 meses – medido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio – de mais de 10%, provocando corrosão acelerada do poder de compra.

Enquanto isso, o governo propaga que os 3% pagos aos servidores agora em janeiro de 2022 – que, lembremos, se refere a um acordo não cumprido de cinco anos atrás – representam um esforço fiscal gigantesco, com um custo de R\$ 786 milhões ao ano. Porém, nada é esclarecido nem mesmo detalhado quanto ao montante da

desoneração fiscal aprovado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2022 pelo governo Ratinho Jr., a qual atinge a cifra de R\$ 17,4 bilhões. Tais desonerações em plena pandemia consumiram, em 2020, mais de R\$ 11 bilhões e, em 2021, cerca de R\$ 11,8 bilhões. Isso num estado que alega dificuldades financeiras e cujas palavras de ordem são: contenção e austeridade. Para elas, não há contenção alguma e nem mesmo transparência, pois pouco se sabe sobre sua destinação. Nem mesmo o governo é capaz de explicar o destino dessas cifras elevadíssimas. Ou ele tampouco se importa em dizer para onde vão esses bilhões de reais todos os anos.

Cabe destaque que, em uma conta rápida, com base nos dados do FES, respeitar a lei e cumprir a data-base em um percentual de 30,93% custaria algo em torno de R\$ 8,16 bilhões ao ano, menos da metade do que foi previsto com renúncias fiscais para 2022 pelo governo Ratinho Jr. Essa conta torna claro que dinheiro há, mas a reposição não é concedida em função do seu projeto político estar em sintonia com o do governo Guedes/Bolsonaro: o ultraliberalismo.

É urgente uma mobilização pela data-base e, mais que isso, a compreensão de que não podemos transigir em qualquer direito que nos é violado. Não pode ser naturalizada a situação de perda de garantias legais, em que ela se ampara. É extremamente preocupante quando a retórica (mentirosa) transforma direitos em “favores”, pois, assim sendo, esses podem ou não serem concedidos, de acordo com a vontade política, além de muitas vezes serem usados como moeda de troca.

O discurso falacioso do Estado falido e da economia em frangalhos se choca com as bilionárias renúncias do governo Ratinho Jr. às grandes empresas, que avançam em enriquecer aqueles que estão no topo da concentração de renda no Brasil e que acumulam mais e mais. O relatório da Oxfam Brasil questiona: “Quem paga a conta?”. Ora, a resposta é simples: nós que a pagamos.

Nesse sentido, neste ano de 2022, estaremos diante de uma encruzilhada: ou nos mobilizamos para exigir nosso direito, compreendendo que é inadmissível o que tem sido feito com a data-base, ou abrimos mão dele em definitivo.

O que exigimos é:

**“Governador, respeite o nosso direito!
Reposição salarial integral já!”**

Bolsonaro e Ratinho Jr.: inimigos da ciência e da universidade pública

Desde 2019, quando ambos assumiram seus respectivos mandatos, a diretoria do Sindipro/Aduel vem alertado a categoria sobre as políticas econômico-sociais e educacionais nefastas dos governos Bolsonaro e Ratinho Jr., que promovem o aumento da pobreza, a crise ambiental e o desemprego. Com a pandemia, o quadro se agravou bastante, pois ambos não perderam tempo para retirar direitos sociais, trabalhistas, previdenciários e sindicais. Em outras palavras, Bolsonaro e Ratinho Jr. partilham do mesmo projeto político, embora em níveis federativos diversos e sob roupagens diferentes: desmontar a ciência, atacar

as e os servidores públicos, as escolas e as universidades públicas, produtoras de conhecimento.

Também temos acompanhado, com muita indignação, não só o desrespeito do Ministério da Educação (MEC) com a prática das nomeações arbitrárias de reitores não eleitos por suas respectivas comunidades universitárias, mas também o desmonte orçamentário promovido contra as agências de fomento (CNPq e Capes), que compromete drasticamente os investimentos em pesquisa, em bolsas de estudos (iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado) e em desenvolvimento técnico-científico para o país. →



EXPEDIENTE

Jornal publicado pelo Sindipro/Aduel -
Seção Sindical do ANDES-SN
sindicato@sindiproladuel.org.br
www.sindiproladuel.org.br

Jornalista responsável
Guilherme Bernardi
MTB: 0012015/PR

Impressão: Off Cópias
Tiragem: 1.500
exemplares

Diretoria Executiva

Presidente
Ronaldo Gaspar
Vice-Presidente
César Bessa
1º Secretária
Fernanda Mendonça
2º Secretário
Mauro Januário
1º Tesoureira
Lorena Portes
2º Tesoureiro
Carlos Caldarelli
Diretor de Comunicação
Cristiano Medri

Suplentes da Executiva

1º Suplente
Eliel Machado
2º Suplente
Renato Barbosa
3º Suplente
Moisés de Oliveira
4º Suplente
Taíse Nishikawa
5º Suplente
Valdir Anhucci
6º Suplente
Bruno Miguel N. de Souza
7º Suplente
Luiz Carlos “Nenê” Jeolás

Conselho Fiscal

1ª Conselheira
Marselle Nobre de Carvalho
2º Conselheiro
Antônio Carlos de Souza
3ª Conselheira
Fernanda Forte de Carvalho

Suplentes do Conselho Fiscal

1º Suplente
Maria Inês Nobre Ota
2º Suplente
Celso Aoki
3º Suplente
Ângela Lamas



No início deste ano, atrás apenas do Ministério do Trabalho e Previdência, o corte no orçamento de 2022 do MEC foi de R\$ 736,3 milhões. Enquanto Bolsonaro reduz a verba de custeio das universidades e institutos federais, Ratinho Jr. impõe cortes orçamentários drásticos às estaduais paranaenses, além do arrocho salarial inconstitucional sobre todas as categorias de servidores do executivo, hoje calculado em quase 34% (ver o quadro na pág. 1). Mas não só isso: usa seu governo para destruir nossas carreiras, com o congelamento das ascensões e progressões, e inviabilizar a organização sindical, por meio da prática criminoso de impor o recadastramento de filiados para algumas categorias (por exemplo, APP-Sindicato e docentes da Unespar e Uenp representados pelo Sindiprol/Aduel).

Ratinho Jr., inimigo dos servidores e das universidades públicas, tem se esmerado em nos atacar na calada da noite, nos momentos em que nossa capacidade de mobilização se mostra mais reduzida: vésperas de final de ano, pouco antes do recesso parlamentar. Foi assim com a contrarreforma da previdência, em 2019, e, no final do ano passado, com a aprovação, sem um verdadeiro debate público e em regime de urgência, da famigerada Lei Geral das Universidades (LGU). Na verdade, trata-se de uma lei de destruição das universidades paranaenses. Ratinho Jr. impôs uma lei que tem como objetivo principal nivelá-las por baixo, demonstrando sua total falta de compromisso com o ensino superior público e gratuito e com o desenvolvimento cultural e técnico-científico do Paraná e do país – portanto, bem ao estilo de seu congêneres federal (ver mais na pág. 4).

Voltemos a outro ponto em comum entre os dois maiores destruidores do presente e do futuro da juventude, Bolsonaro e Ratinho Jr.: ambos comungam de uma concepção completamente enviesada da educação pública, pois, frequentada por filhas e filhos das classes trabalhadoras, tratam-na como assunto de polícia. Além da contrarreforma do ensino médio, que reduz a capacidade de inserção daqueles jovens no mundo do trabalho às habilidades manuais, outorgando para as escolas particulares o *status* da produção de indivíduos "intelectualizados", a implantação das chamadas escolas cívico-militares pelo Brasil, especialmente no estado do Paraná, com mais de 200, apenas confirma que o projeto nunca foi a educação, mas a criminalização da pobreza e seu adestramento. Afinal, o objetivo desse *modus operandi* é a disciplina, não o conhecimento. No fundo, as intervenções nos institutos e universidades federais, bem como o projeto cívico-militar de escolas (só para as públicas, obviamente), por parte do governo federal, e a implantação delas aqui, um dos estados mais céleres e que as impôs em maior número, também sem discussão pública, por parte de Ratinho Jr., demonstram o caráter autocrático desses governos e o descompromisso com a Carta de 1988. Em suma, não podemos naturalizar a vida civil cotidiana mediada por armas e disciplina punitiva e, menos ainda, concordar com a negação da ciência, a desvalorização do funcionalismo público e das políticas públicas. Chega de retrocessos!

Para confirmar o que acabamos de expor, basta olhar o que Ratinho Jr. está fazendo em relação às universidades estaduais paranaenses: não

fosse apenas o arrocho salarial inconstitucional, o qual é muito grave, desde que assumiu, o governador tem bloqueado a abertura de concurso público de docentes e agentes universitários. Na UEL, na Unespar e na Uenp, por exemplo, o número de docentes com contrato temporário varia entre 30 e 40% do quadro total de professores de cada uma delas. Isto implica em mais precarização das condições de trabalho, especialmente entre os contratados por tempo determinado, mas também em relação aos efetivos, uma vez que aqueles não podem desenvolver pesquisas, orientar alunos de iniciação científica, mestrado, doutorado etc. Trata-se de um número elevadíssimo que contribui para o desmonte do ensino superior público, uma política pública de Estado. O projeto é transformarmos em "auleiros", nos mesmos moldes das universidades e faculdades mercadoras de diplomas, cujos principais prejudicados são os estudantes.

Mostrando a que veio, os bilionários do Paraná não têm do que reclamar de Ratinho Jr., afinal, como noticiado inclusive pela grande imprensa e reiteradamente denunciado pelos sindicatos de servidores públicos, um quinto da receita total de 2021, estimada em R\$ 50,6 bilhões, foi concedida a eles na forma de renúncias fiscais, previstas, na LDO daquele ano, em R\$ 11,8 bilhões. É o tipo de governo que tira de quem não tem ou tem pouco para dar a quem tem muito e não precisa.

Da educação à saúde, da segurança à fiscalização do meio ambiente, do aumento de impostos (IPVA, por ex.) à implantação de mais praças de pedágio (não nos deixemos enganar pela conveniente suspensão delas um ano antes da eleição), todos os setores do serviço público padecem com a precarização do trabalho, as terceirizações (que promovem a instabilidade e a superexploração de trabalhadores: excesso de trabalho e salários de fome) e a crescente insatisfação de servidores das áreas de educação, segurança e saúde. Insatisfação que cresce dia a dia, pois, como dissemos acima, o funcionalismo do executivo tem suportado o fardo da ausência de concursos públicos no contexto de um dos maiores arrochos salariais da história do estado. Enfim, os servidores públicos, tão aviltados por Bolsonaro e Ratinho Jr., dois inimigos da ciência e das universidades públicas, sabem que os direitos só se conquistam com organização e luta. Apesar de ser um ano eleitoral, para além dos estragos que ambos já promoveram, ainda nos aterroriza a "reforma administrativa" (PEC 32/2020) que tramita no Congresso Nacional. Caso aprovada, será um dos maiores ataques aos servidores com a consequente destruição dos serviços públicos à população. Por outro lado, sabemos também que, para não permitirmos que continuem nos atacando, é preciso resistir: mantenhamos a filiação sindical; valorizemos o papel dos sindicatos; e participemos mais ativamente das mobilizações e assembleias. Desse modo, somando forças, podemos contribuir para mudar a conjuntura nacional e regional.

Só a luta muda a vida!

Autonomia ou morte!

Abaixo a LGU!

Em meados de 2019, de iniciativa política do governador Ratinho Jr., mas desenhada e defendida com unhas e dentes por Aldo Bona, superintendente de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), sob a denominação de Lei Geral das Universidades (LGU), deu-se a tentativa de aprovação de uma legislação destruidora da autonomia universitária. Naquela oportunidade, houve forte oposição das comunidades universitárias, representadas por sindicatos docentes, mistos, de técnicos e Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs), além de seus respectivos órgãos deliberativos institucionais, que repeliram aquela tentativa e barraram o avanço do governo estadual.

Em 1992, algo parecido ocorreu: o governo do Paraná tentou subtrair parte da autonomia da universidade, transferindo a gestão da folha de pagamento de salários dos servidores para o próprio governo estadual. Naquela ocasião, a administração da UEL, comandada pelo seu reitor, Prof. Dr. João Carlos Thomson, repeliu o arbítrio praticado, socorrendo-se no poder judiciário, cuja decisão foi repetida com vitória da UEL em todas as instâncias, até se converter em coisa julgada no Supremo Tribunal Federal (STF).

Contudo, em dezembro de 2021, repentinamente, o governo conseguiu a aprovação do projeto de lei nº 728/2021. Esse projeto, de autoria do executivo, foi elaborado secretamente e sem discussão efetiva com os destinatários, especialmente com as administrações e as comunidades acadêmicas das Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES). Tanto é que o superintendente da Seti, Prof. Dr. Aldo Nelson Bona, alardeava em reuniões com as direções sindicais que já tinha a redação de um novo projeto de LGU, mas que não iria compartilhar seu conteúdo com elas e nem com os reitores das universidades que se opunham à proposta, mas somente com aqueles que se alinhavam com a sua aprovação. Pasmem, essa é a democracia no Paraná!

O referido projeto de lei foi encaminhado pelo executivo ao legislativo no último mês do ano de 2021 e tramitou em "regime de urgência". Conforme dispõe o próprio regimento interno da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), esse é um regime de exceção que dispensa as exigências, interstícios e formalidades regimentais para ganhar celeridade, pressupondo que a matéria a ser votada é necessária, diante de um perigo ou prejuízo eminente e irreparável. Dessa forma, o "regime de urgência" não permite qualquer discussão e participação dos destinatários interessados. Vale lembrar que a tentativa de tramitação da LGU em 2019 foi frustrada justamente porque houve uma ampla discussão do conteúdo da minuta com a comunidade universitária, o que, ante um projeto dessa natureza, é fator fundamental num processo democrático.

As universidades públicas do Paraná vêm sofrendo nos últimos anos vários ataques, com cortes orçamentários, não contratação de pessoal, insegurança jurídica, depreciação da carreira docente e dos demais servidores, cortes remuneratórios, falta de recomposição salarial, precarização do serviço público etc. E, da leitura do novo texto da LGU, abstrai-se um percurso ainda mais sombrio para as universidades, tais como a limitação do número de professores com direito ao regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (Tide) e do quantitativo de servidores administrativos, risco de fechamento de cursos a partir de análise do número de alunos matriculados, dentre outros aspectos.

Diante disso, com a preocupação de que a LGU se torne o instrumento de destruição da autonomia universitária, o

Sindiprol/Aduel, por meio de sua assessoria jurídica, formulou um parecer que, em síntese, aponta as seguintes violações constitucionais:

1. ofensa ao processo democrático pelo uso abusivo do instituto parlamentar do "regime de urgência" para aprovação do referido projeto de lei;
2. a LGU, em seu conjunto de disposições normativas, viola a autonomia universitária assegurada pela Constituição Federal (art. 207) e confirmada por decisão do STF (especialmente para a UEL e a UEM);
3. a LGU dispõe sobre parâmetros de financiamento das universidades públicas do Paraná, com prejuízos diretos e indiretos à UEL, à Uenp, à Unespar e a todas as outras IEES;
4. a LGU estabelece critérios inadequados – rebaixados e deletérios – de eficiência da gestão universitária;
5. a LGU é uma violação constitucional à competência privativa da União para legislar sobre educação.

Diante de tais conclusões, em face de todo esse ataque do próprio estado do Paraná contra o ensino superior, especialmente contra a UEL, o Sindiprol/Aduel encaminhou ofício à reitoria para que informe quais providências serão adotadas pela atual administração contra a LGU e seus efeitos.

É de conhecimento de todos que, por razões históricas, determinados valores considerados supremos não são passíveis de negociação, por assim dizer, não é possível transigir a dignidade humana, a igualdade, a liberdade, a segurança, a erradicação da pobreza etc. E a autonomia universitária é o valor fundamental das universidades. Não apenas a autonomia didático-científica, mas também a de gestão de pessoal, financeira e patrimonial. Sem autonomia não é possível assegurar um ensino guiado pelo interesse público, um ensino não submetido a empresas e outros grupos dotados de poder econômico e interesses privados. Somente com respeito à autonomia em suas múltiplas dimensões é que as universidades podem cumprir os fins que dão razão à sua existência: o exercício e a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, conforme reza o artigo 207 da Constituição Federal de 1988.

Enfim, a constitucionalização da autonomia universitária não pode ser objeto de negociação alguma, seja em razão de compromissos políticos, decretos ou leis, sob pena de, além de violar a Constituição Federal, se constituir num arbítrio contra a gestão democrática do ensino público nas universidades. No caso do Paraná, o atentado mais recente à autonomia universitária tem nome, LGU, e sobrenomes, Ratinho Jr. e Aldo Bona.

Abaixo a LGU!